

Nos dias 2 e 3 de Junho realiza-se em Lisboa o 11º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. É um momento oportuno para fazer um balanço e uma reflexão sobre a Administração Pública até pela importância que ela tem para todos os portugueses, facto esse que é esquecido pelos “comentadores” que dominam os *media* que não se cansam de denegrir os seus trabalhadores.

É importante recordar que num mundo globalizado, assente em princípios neoliberais como é aquele em que infelizmente vivemos, a importância do Estado e, conseqüentemente, da Administração Pública, seu suporte material, é fundamental pois só o Estado é que poderá garantir, por um lado, um mínimo de segurança aos portugueses através de sistemas públicos de educação, de saúde, de segurança social, de justiça, etc., universais que combatam as desigualdades e a insegurança (*por insuficientes que possam ser são os únicos que podem dar à maioria da população essa garantia, pois nos privados domina a caça ao lucro, e só têm acesso a eles quem tem dinheiro para os pagar, por mais que digam o contrário*); por outro lado, que os interesses coletivos de desenvolvimento e de bem-estar dos portugueses não sejam triturados pelos interesses dos grandes grupos económicos; e, finalmente, que os interesses nacionais e a soberania do país sejam acautelados e defendidos. E para que tudo isto seja possível, é necessário um Estado interventivo e, conseqüentemente, uma Administração Pública forte de qualidade que é o seu suporte, o que exige o respeito e defesa dos interesses, direitos e dignidade dos trabalhadores da Função Pública (o que não tem acontecido), pois sem trabalhadores não há Administração Pública o que é, muitas vezes, esquecido pelos portugueses que exigem serviços públicos de educação, saúde, etc. de qualidade.

A destruição da administração pelo governo PSD/CDS e a inversão actual

O quadro 1, com os dados da Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) mostra o que aconteceu durante a “troika” e o governo PSD/CDS, e com o atual governo PS

Quadro 1- O número de trabalhadores da Função Pública no período 31-12-2011/31-3-2016

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Troika e governo PSD/CDS		Governo PS		Gov. PSD/CDS	Gov. PS
	31-dez-2011	30-set-2015	31-dez-2015	31 Mar 2016	31Dez2011/30Set2015	30Set2015/31Mar2016
Total	727.642	649.302	658.459	662.190	-78.340	12.888
Dirigente superior:	1.927	1.629	1.599	1.609	-298	-20
Dirigente intermédio:	11.048	9.271	9.305	9.363	-1.777	92
Técnico Superior	57.995	55.373	57.888	58.140	-2.622	2.767
Assistente técnico/administrativo (b)	97.979	85.012	84.976	84.868	-12.967	-144
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	173.538	152.005	152.551	152.668	-21.533	663
Informático	5.198	4.886	4.900	4.901	-312	15
Magistrado	3.804	3.903	3.866	3.848	99	-55
Diplomata	372	349	377	363	-23	14
Pessoal de Investigação Científica	1.816	1.359	1.349	1.353	-457	-6
Docente Ensino Universitário	13.997	13.565	13.977	14.020	-432	455
Docente Ensino Superior Politécnico	9.694	7.844	8.870	9.141	-1.850	1.297
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	151.162	124.870	129.176	130.148	-26.292	5.278
Pessoal de Inspeção	1.731	1.587	1.584	1.587	-144	0
Médico	25.049	26.914	26.743	28.486	1.865	1.572
Enfermeiro	42.769	41.338	41.830	42.248	-1.431	910
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8.935	8.563	8.636	8.742	-372	179
Técnico Superior de Saúde	1.913	1.883	1.878	1.876	-30	-7
Administração Tributária e Aduaneira	9.926	9.463	9.454	9.414	-463	-49
Conservador e Notário	682	619	614	617	-63	-2
Oficial dos Registos e do Notariado	4.568	4.066	4.046	4.056	-502	-10
Oficial de Justiça	8.095	7.732	7.634	7.581	-363	-151
Forças Armadas	34.514	29.978	29.178	29.283	-4.536	-695
Polícia Judiciária	2.318	2.211	2.210	2.196	-107	-15
Polícia de Segurança Pública	21.934	20.933	21.406	21.357	-1.001	424
Guarda Nacional Republicana	22.899	22.351	22.781	22.697	-548	346
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	740	742	792	-16	52
Guarda Prisional	4.312	4.084	4.082	4.076	-228	-8
Outro Pessoal de Segurança	1.990	1.407	1.403	1.396	-583	-11
Bombeiro	2.264	2.016	2.044	2.035	-248	19
Polícia Municipal (d)	1.272	1.131	1.137	1.128	-141	-3

Como revelam os dados da DGAEP, entre Dez.2011 e Set.2015, período da “troika” e do governo PSD/CDS, o número de trabalhadores de todas as Administrações Públicas (Central, Local e Regional) sofreu uma forte redução de 78.340 (-10,8%), sendo os grupos profissionais mais atingidos o dos “técnicos superiores” (-2.622), o dos “assistentes técnicos” (-12.967), os “assistentes operacionais” (-21.533), profissionais que são essenciais ao funcionamento de todos os serviços públicos, e o dos “docentes” do ensino básico, secundário e superior (-28.574), fundamentais ao desenvolvimento do país, e também o dos “enfermeiros” (-1.431) necessários ao funcionamento do SNS. O aumento verificado no número de médicos neste período (+1.865) é na sua maioria fictício pois trata-se principalmente de médicos-tarefeiros que fazem poucas horas por dia.

Como mostra também o quadro, após a entrada em funções do governo PS, a situação parece ter-se invertido, pois o número de trabalhadores da Função Pública aumentou em 12.888 entre Set.2015 e Mar.2016 (+9.157 no último trimestre de 2015, e +3.731 no 1º Trimestre de 2016). E categorias importantes

para o bom funcionamento de serviços essenciais à população, como são “técnicos superiores” (+2767), “assistentes operacionais” (+663), professores (+7.030), médicos (+1.572) e enfermeiros (+910). Mas é um número ainda manifestamente insuficiente para recuperar a Administração Pública da destruição e degradação causada pelo política da “troika” e do governo PSD/CDS. E isto é mais preocupante porque na pág. 12 do Programa de Estabilidade 2016-2020 enviado pelo governo à Comissão Europeia consta o compromisso, e é importante não esquecer, de respeitar “*um rácio de novas entradas por saída de funcionários inferior a um até 2019 e de manutenção do emprego público a partir de 2020*”.

Inversão feita com o aumento da precariedade na administração pública

Uma análise fina feita aos dados divulgados pela DGAEP, mostra que a “inversão” foi feita fundamentalmente à custa do recurso a trabalhadores precários como mostra o quadro 2.

Quadro 2 – Trabalhadores totais e trabalhadores com contratos a prazo na Função Pública

TIPO DE CONTRATOS POR ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	Troika e Governo PSD/CDS				Governo PS /António Costa				Variação contratos a prazo	
	31-dez-12		30-set-15		31-dez-15		31-mar-16		Troika e governo PSD/CDS	Governo PS
	Contrato a termo	TOTAL de trabalhadores	Contrato a termo	TOTAL de trabalhadores	Contrato a termo	TOTAL de trabalhadores	Contrato a termo	TOTAL de trabalhadores		
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	85.011	699.829	63.291	649.302	71.617	658.459	75.784	662.190	-21.720	12.493
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	74.589	629.900	57.927	492.244	66.451	601.852	70.490	605.441	-16.662	12.563
Estado	44.604	324.012	32.735	296.404	39.810	304.034	41.748	304.951	-11.869	9.013
Serviços e Fundos Autónomos	28.889	198.172	24.542	188.115	26.001	190.107	28.059	192.787	-4.347	3.517
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	73.493	522.184	57.277	484.519	65.811	494.141	69.807	497.738	-16.216	12.530
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	5	14.055	5	13.805	1	13.677	1	13.629	0	-4
Presidência do Conselho de Ministros	32	1.490	23	1.370	22	1.429	22	1.472	-9	-1
Ministério da Administração Interna	5	47.628	928	47.423	6	47.398	5	47.295	923	-923
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento	30	6.576	33	5.770	36	5.730	50	5.766	3	17
Ministério do Ambiente	63	1.568	60	1.435	55	1.443	6	1.390	-3	-54
Ministério da Ciência, Tec. e Ensino Superior	12.512	38.731	9.525	35.812	10.927	37.258	11.182	37.543	-2.987	1.657
Ministério da Cultura	124	2.236	116	1.988	115	2.001	114	1.977	-8	-2
Ministério da Defesa Nacional	16.244	40.079	13.132	35.857	12.649	35.077	12.881	35.219	-3.112	-251
Ministério da Economia	192	2.887	129	2.795	132	2.802	132	2.774	-63	3
Ministério da Educação	27.981	182.060	18.457	163.845	26.945	172.385	28.650	173.516	-9.524	10.193
Ministério das Finanças	1	13.050	0	12.509	0	12.513	0	12.511	-1	0
Ministério da Justiça	216	15.995	192	14.915	189	14.874	192	14.869	-24	0
Ministério do Mar	94	758	80	805	88	826	90	839	-14	10
Ministério dos Negócios Estrangeiros	223	3.563	120	2.775	123	2.813	112	2.805	-103	-8
Ministério do Planeamento e das Infraestruturas	176	3.107	176	2.481	173	2.428	236	2.503	0	60
Ministério da Saúde	4.312	30.602	3.402	29.214	3.286	29.481	3.587	29.959	-910	185
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Soc	158	5.208	79	4.905	79	4.923	87	4.923	-79	8
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclássific	11.125	111.483	10.820	105.970	10.985	106.280	12.460	108.167	-305	1.640
Trabalhadores em Requalificação (iii)	0	1.108	0	845	0	803	0	581	0	0
Instituições sem Fim Lucrativo da Ad. Central	1.096	7.716	650	7.725	640	7.711	683	7.703	-446	33
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	1.569	17.335	1.725	17.142	1.754	17.236	1.841	17.460	156	116
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	1.783	20.961	708	19.824	605	19.605	669	19.599	-1.075	-39
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	7.015	119.321	2.897	110.267	2.774	109.993	2.770	109.823	-4.118	-127
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	55	12.312	34	9.825	33	9.773	14	9.867	-21	-20
Fundos de Segurança Social da Ad. Central	0	10.362	0	8.047	0	8.007	0	8.111	0	0
Fundos de Segurança Social da RA dos Açores	53	586	34	544	33	541	14	542	-19	-20
Fundos de Segurança Social da RA da Madeira	2	1.364	0	1.234	0	1.225	0	1.214	-2	0

Entre 31-Dez-2012 e 30-Set-2015, o governo PSD/CDS reduziu em 50.527 os trabalhadores da Função Pública, mas 21.720 (42,9%) foram trabalhadores com contratos a prazo. Entre Set.2015 e Mar.2016, com o governo PS o número de trabalhadores da Função Pública aumentou em 12.889, sendo 12.493 (96,9%) com contratos a prazo. Em Set.2015, os trabalhadores com contratos a prazo representavam 9,7% do total de trabalhadores da Função Pública, mas em Mar.2016 já correspondiam a 11,4% de todos os trabalhadores da Função Pública (*na Administração Central representavam 13,9%*). Para um governo que tomou o compromisso de combater a

precariedade, não resta dúvida que é um mau exemplo que dá e também um mau princípio que urge corrigir.

Consolidação orçamental feita à custa das remunerações dos trabalhadores da Função Pública

O quadro 3, construído com dados do INE e do Relatório do OE-2016 mostra que uma parcela significativa da consolidação orçamental foi feita à custa das remunerações dos trabalhadores da Função Pública.

Quadro 3 – Despesas com pessoal das Administrações Públicas – Contabilidade nacional

ANOS	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS -Remunerações Milhões €
2010	24 611
2011	22 614
2012	19 688
2013	21 317
2014	20 495
2015	19.950
Corte na Despesa com Pessoal imposto pela Troika e pelo governo PSD/CDS	-4.661
OE-2016 (Previsão de Despesa com Pessoal)	20.607

FONTE : 2010-2014: INE; 2015 e 2016: Relatório do Orçamento do Estado para 2016

Entre 2010 e 2015, as Despesas com Pessoal de todas as Administrações Públicas (Central, Local e Regional) diminuíram de 24.611 milhões € para 19.950 milhões €, ou seja, em 4.661 milhões €, o correspondente a 2,7% do PIB médio deste período. Em 2016, regista-se uma inversão pois, entre 2015 e 2016, prevê-se um aumento de 657 milhões € que é destinada fundamentalmente a repor os cortes de remunerações feitos aos trabalhadores não permitindo, no entanto, inverter de uma forma real a degradação dos serviços públicos em Portugal levada a cabo pela “troika” e pelo governo PSD/CDS.

O quadro 4 com dados da DGAEP, permite fazer uma análise da variação dos cortes nas remunerações que sofreram os trabalhadores da Função Pública desde 2011.

Quadro 4 – Remuneração base média e ganho médio dos trabalhadores da Função Públicas, por grupos profissionais, em Out.2011, Jan.2014, em Jul.2014, em Out.2014 e em Janeiro de 2015 e 2016

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Remuneração base média mensal						Ganho médio mensal					
	outubro 2011 Corte Sócrates	janeiro 2014 Corte P.Coelho	Julho 2014 Sem cortes	outubro 2014	janeiro 2015 Reposição de 20%	janeiro 2016 Reposição 40%	outubro 2011	janeiro 2014 Corte P. Coelho	Julho 2014 sem cortes	outubro 2014	janeiro 2015 - Reposição de 20%	janeiro 2016 - Reposição de 40%
Total	1.385 €	1.311 €	1.444 €	1.391 €	1.406 €	1.417 €	1.602 €	1.512 €	1.659 €	1.604 €	1.614 €	1.623 €
Dirigente superior	3.539 €	3.434 €	3.907 €	3.560 €	3.605 €	3.721 €	4.269 €	4.225 €	4.769 €	4.347 €	4.423 €	4.554 €
Dirigente intermédio	2.460 €	2.361 €	2.673 €	2.479 €	2.514 €	2.543 €	2.888 €	2.812 €	3.161 €	2.933 €	2.973 €	3.000 €
Técnico Superior	1.646 €	1.519 €	1.677 €	1.618 €	1.626 €	1.628 €	1.807 €	1.663 €	1.833 €	1.761 €	1.770 €	1.771 €
Assistente técnico (administrativos, etc.)	925 €	872 €	913 €	905 €	907 €	909 €	1.057 €	1.001 €	1.044 €	1.038 €	1.035 €	1.039 €
Assistente operacional (operário, auxiliar)	623 €	605 €	613 €	614 €	614 €	617 €	763 €	734 €	748 €	749 €	743 €	751 €
Informático	1.674 €	1.560 €	1.737 €	1.663 €	1.677 €	1.693 €	1.827 €	1.710 €	1.902 €	1.822 €	1.832 €	1.855 €
Magistrado	4.125 €	4.029 €	4.523 €	4.346 €	4.502 €	4.642 €	4.806 €	4.762 €	5.249 €	5.099 €	5.243 €	5.400 €
Diplomata	2.399 €	2.200 €	2.466 €	2.245 €	2.309 €	2.352 €	8.724 €	8.031 €	8.246 €	8.127 €	8.216 €	8.552 €
Pessoal de Investigação Científica	3.088 €	2.967 €	3.323 €	3.100 €	3.117 €	3.168 €	3.180 €	3.073 €	3.428 €	3.219 €	3.229 €	3.289 €
Docente Ensino Universitário	3.186 €	3.079 €	3.568 €	3.214 €	3.269 €	3.334 €	3.285 €	3.189 €	3.667 €	3.329 €	3.375 €	3.437 €
Docente Ensino Superior Politécnico	2.636 €	2.581 €	2.925 €	2.709 €	2.751 €	2.749 €	2.746 €	2.686 €	3.044 €	2.821 €	2.855 €	2.848 €
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	1.940 €	1.824 €	2.056 €	1.963 €	1.972 €	1.974 €	2.042 €	1.927 €	2.145 €	2.070 €	2.074 €	2.071 €
Pessoal de Inspecção	2.060 €	1.929 €	2.148 €	2.037 €	2.071 €	2.104 €	2.419 €	2.244 €	2.481 €	2.367 €	2.397 €	2.431 €

Médico	2.695 €	2.458 €	2.772 €	2.615 €	2.607 €	2.612 €	3.786 €	3.163 €	3.642 €	3.431 €	3.343 €	3.346 €
Enfermeiro	1.331 €	1.240 €	1.342 €	1.302 €	1.302 €	1.305 €	1.569 €	1.426 €	1.529 €	1.486 €	1.501 €	1.492 €
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1.271 €	1.170 €	1.268 €	1.222 €	1.230 €	1.219 €	1.449 €	1.307 €	1.412 €	1.378 €	1.385 €	1.372 €
Técnico Superior de Saúde	1.819 €	1.683 €	1.887 €	1.797 €	1.806 €	1.803 €	2.037 €	1.857 €	2.080 €	2.000 €	1.992 €	2.001 €
Administ. Tributária e Aduaneira	1.829 €	1.689 €	1.890 €	1.773 €	1.799 €	1.828 €	2.030 €	1.872 €	2.074 €	1.960 €	1.993 €	2.022 €
Conservador e Notário	3.359 €	3.218 €	3.649 €	3.329 €	3.353 €	3.370 €	3.904 €	3.460 €	3.938 €	3.584 €	3.594 €	3.612 €
Oficial dos Registos e do Notariado	1.830 €	1.709 €	1.917 €	1.812 €	1.825 €	1.838 €	2.014 €	1.863 €	2.090 €	1.978 €	1.986 €	1.994 €
Oficial de Justiça	1.406 €	1.262 €	1.384 €	1.332 €	1.353 €	1.359 €	1.640 €	1.485 €	1.616 €	1.527 €	1.583 €	1.559 €
Forças Armadas	1.121 €	1.022 €	1.152 €	1.123 €	1.141 €	1.145 €	1.505 €	1.364 €	1.540 €	1.517 €	1.534 €	1.521 €
Polícia Judiciária	1.804 €	1.650 €	1.857 €	1.678 €	1.757 €	1.759 €	2.213 €	2.040 €	2.288 €	2.074 €	2.159 €	2.157 €
Polícia de Segurança Pública	1.297 €	1.280 €	1.372 €	1.328 €	1.341 €	1.370 €	1.647 €	1.679 €	1.813 €	1.796 €	1.726 €	1.779 €
Guarda Nacional Republicana	1.316 €	1.254 €	1.385 €	1.366 €	1.373 €	1.399 €	1.556 €	1.519 €	1.660 €	1.602 €	1.634 €	1.651 €
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2.002 €	1.872 €	2.142 €	1.981 €	2.026 €	1.988 €	2.669 €	2.630 €	3.009 €	2.705 €	2.769 €	2.742 €
Guarda Prisional	1.011 €	916 €	1.027 €	1.023 €	1.030 €	1.003 €	1.769 €	1.643 €	1.952 €	1.896 €	1.896 €	1.832 €
Outro Pessoal de Segurança	1.059 €	997 €	1.083 €	1.078 €	1.079 €	1.090 €	1.499 €	1.406 €	1.536 €	1.570 €	1.514 €	1.551 €
Bombeiro	993 €	920 €	995 €	974 €	972 €	966 €	1.541 €	1.357 €	1.474 €	1.435 €	1.467 €	1.472 €
Polícia Municipal	943 €	877 €	937 €	922 €	929 €	936 €	1.400 €	1.291 €	1.399 €	1.346 €	1.370 €	1.382 €

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 1º Trimestre de 2016 - DGAEP - Ministério das Finanças

Os dados do quadro 4 permitem tirar algumas conclusões importantes desde que se tenha presente o seguinte: os valores de Julho de 2014 são remunerações e ganhos sem cortes pois, como consequência da decisão do Tribunal Constitucional, o corte de Passos Coelho/Portas que era superior ao de Sócrates deixou de vigorar e durante alguns meses (um deles foi precisamente Outubro de 2014), os trabalhadores da Função Pública, receberam as suas remunerações sem cortes. Como mostram os dados do quadro. (1) A remuneração média mensal dos trabalhadores da Função Pública sem cortes é de 1.444€ e o ganho médio mensal (que inclui os outros abonos) também sem cortes é de 1.669€; (2) Com o corte de Sócrates era de 1.385€ (a remuneração média) e 1.602€ (o ganho médio); (3) Com o corte de Passos Coelho/Portas que incidia também sobre remunerações inferiores a 1.500€, mas que foi declarado inconstitucional pelo Tribunal, era já apenas 1.311€ (a remuneração média) e 1.512€ (ganho médio); (4) Com a reposição de 20% do corte feito pelo governo PSD/CDS em 2015 a remuneração base média sobe 1.406€ e o ganho médio para 1.614€ ; (5) Com a reposição de 20% do corte pelo governo do PS em Janeiro de 2016, que somados aos 20% de Passos Coelho, significa que se verifica a reposição atinge 40%, a remuneração média base mensal dos trabalhadores da Função Pública passou a ser de 1.417€ e o ganho médio passou a ser de 1.623€. A remuneração base sem cortes é 1.444€ e o ganho médio sem cortes é de 1.659€ segundo a DGAEP do Ministério das Finanças, valores estes que só serão repostos no último trimestre de 2016.

Como também rapidamente se conclui dos dados do quadro 4 há grupos (ex. assistentes técnicos e assistentes operacionais que somam, só estes, 273.354 trabalhadores – ver quadro 1) em que a reposição dos cortes das remunerações não tem qualquer impacto no que recebem, pois o seu ganho médio mensal é bastante inferior a 1.500€.

ANEXO - Quadro 5 – Variação dos trabalhadores da Função Pública por entidades

ENTIDADES	31-dez-2011	30-set-2015	31-dez-2015	31-mar-2016	31Dez2011/30Set2015	30Set2015/31Mar2016
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	727.642	649.302	658.459	662.190	-78.340	12.888
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	551.408	492.244	501.852	505.441	-59.164	13.197
Estado	343.750	296.404	304.034	304.951	-47.346	8.547
Serviços e Fundos Autónomos	199.591	188.115	190.107	192.787	-11.476	4.672
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	14.280	13.805	13.677	13.629	-475	-176
Presidência do Conselho de Ministros	1.475	1.370	1.429	1.472	-105	102
Ministério da Administração Interna	48.649	47.423	47.398	47.295	-1.226	-128
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	6.378	5.770	5.730	5.766	-608	-4
Ministério do Ambiente	2.306	1.435	1.443	1.390	-871	-45
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	39.823	35.812	37.258	37.543	-4.011	1.731
Ministério da Cultura	2.441	1.988	2.001	1.977	-453	-11
Ministério da Defesa Nacional	41.358	35.857	35.077	35.219	-5.501	-638
Ministério da Economia	2.964	2.795	2.802	2.774	-169	-21
Ministério da Educação	196.407	163.845	172.385	173.516	-32.562	9.671
Ministério das Finanças	13.216	12.509	12.513	12.511	-707	2
Ministério da Justiça	16.227	14.915	14.874	14.869	-1.312	-46
Ministério do Mar	592	805	826	839	213	34
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3.628	2.775	2.813	2.805	-853	30
Ministério do Planeamento e das Infraestruturas	3.345	2.481	2.428	2.503	-864	22
Ministério da Saúde	32.399	29.214	29.481	29.959	-3.185	745
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	5.358	4.905	4.923	4.923	-453	18
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas	111.319	105.970	106.280	108.167	-5.349	2.197
Trabalhadores em Requalificação	1.176	845	803	581	-331	-264
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	8.067	7.725	7.711	7.703	-342	-22
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	163.491	147.233	146.834	146.882	-16.258	-351
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	17.728	17.142	17.236	17.460	-586	318
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	21.354	19.824	19.605	19.599	-1.530	-225
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	124.409	110.267	109.993	109.823	-14.142	-444
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	12.743	9.825	9.773	9.867	-2.918	42
Fundos de Segurança Social da Administração Central	10.728	8.047	8.007	8.111	-2.681	64
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	604	544	541	542	-60	-2
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	1.411	1.234	1.225	1.214	-177	-20

FONTE: Estatísticas do Emprego Público - 1º Trimestre de 2016 - DGAEP - Ministério das Finanças

Como mostram os dados do quadro 5, os ministérios mais atingidos pela fúria de destruição da troika e do governo PSD/CDS foram o da Educação e o da Saúde, essenciais para a população, em que procurou-se desta forma abrir caminho ao negócio dos grupos privados, de que é exemplo na educação os contratos de associação a financiar privados quando existiam escolas públicas próximas, duplicando assim os gastos para o Estado e para os contribuintes.

* Economista